



Edital de 1ª e 2ª Praça Eletrônica do bem e para intimação do Executado: Marcos Lauro Athayde, CPF: 070.386.208-83, bem como do proprietário registrário José Reiter casado com Rosalia Reiter, acerca das praças eletrônicas designadas, expedida nos autos da Ação Cobrança de Despesas Condominiais, proposta pelo Exequente: Condomínio Edifício Everest, CNPJ: 64.716.640/0001-85. Processo n° 0006089-49.2022.8.26.0590 (Processo principal n° 1005317-69.2022.8.26.0590)

O Dr. Otávio Augusto Teixeira Santos, MM Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de São Vicente/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC. Faz saber que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP n.º 912), por meio do website: <a href="www.alienajud.com.br">www.alienajud.com.br</a>, da empresa ALIENAJUD – Alienações Eletrônicas de Ativos Ltda., levará a praça para a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a 1ª (primeiro) Leilão terá início dia 11 (onze) de julho de 2023 às 16:00hs e término dia 14 (quatorze) de julho de 2023 às 16:00hs, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a 2ª (segundo) Leilão que se encerrará dia 03 (três) de agosto de 2023 às 16:00hs, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizada ou 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

<u>IMÓVEL</u>: OS DIREITOS QUE O EXECUTADO POSSUI SOBRE O APTO 49-C, com frente para a área de recuo lateral, contendo: quarto, sala, vestíbulo, cozinha, banheiro, com a área útil de 39,80m², confronta pela frente com a citada área, de um lado com a área de recuo dos fundos, do outro lado com o apto 47-C, e nos fundos com o corredor de circulação, sendo a parte ideal de 1.1/2 de 200 avos, e as coisas de uso comum de 7,00m². Imóvel objeto da transcrição de n° 35.023 junto ao 3° Cartório de Registro de Imóveis de Santos/SP. Cadastrado na Prefeitura Municipal de São Vicente sobre o n° 15.000,770.064.002.790-49.

**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem atualizada para maio/2023 é de R\$ 170.161,39 (cento e setenta mil, cento e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).

ÔNUS DO IMÓVEL: Não constam ônus sobre o imóvel objeto desta transcrição.

**DAS CONDIÇÕES:** As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRÔNICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portar para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter "ad corpus", ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

**DO PAGAMENTO DO LANCE:** O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado de forma parcelada, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor





de avaliação atualizado ou **80%** (**oitenta por cento**) do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz.

DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO: A comissão do Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de boleto bancário em favor do Leiloeiro, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do Leiloeiro, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do Leiloeiro, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

**<u>DÉBITOS DESTA AÇÃO</u>**: Os débitos totalizam o valor de R\$ 49.575,53 (quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), atualizados até abril/2023.

**<u>DÉBITOS DO IMÓVEL</u>**: Constam débitos de IPTU para o número de lançamento na Prefeitura Municipal de São Vicente é 15.00077.0064.00279-049, no valor de R\$ 120.552,12 (cento e vinte mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), atualizados até maio/2023.

**<u>DO CONDUTOR DO LEILÃO</u>**: O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Mauro da Cruz, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 912.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

> Dr. Otávio Augusto Teixeira Santos Juiz de Direito